Conhecimento, currículo e poder: um diálogo com Michel Foucault

lane Cordeiro Oliveira*

O desejo diz: "Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz" (FOUCAULT, 2008, p. 7).

Resumo

Este artigo tem o objetivo de demonstrar como o currículo se revela como instrumento de discurso do poder refletido nos comportamentos adotados em instituições educativas. O currículo reflete o conhecimento escolar e torna-se o discurso oficial adotado nas instituições educacionais. Com base nas teorias de Foucault (1986, 2005, 2006, 2007, 2008, 2010), é possível reconhecer currículo e conhecimento como instrumentos de poder presentes em instituições educativas. Portanto, apresentamos as seguintes questões: como o conhecimento é considerado instrumento de poder, segundo Foucault? Como o currículo, definido em Foucault, é revelado? Como o currículo é considerado como instrumento de poder? Percebemos que o poder está imbricado nos discursos e comportamentos daqueles que estão na escola. Bernstein (1996) e Ball (1994) apontam a influência das teorias de Foucault em seus trabalhos. Bernstein afirma que o discurso pedagógico é formado por regras de comunicação. Ball considera os discursos das políticas como sendo as políticas. As considerações finais apresentam um tecido de relações complexas de poder tanto nas relações domésticas como em grandes instituições e pelo Estado. E como instituição educativa, a escola está inserida nesse tecido, representado pelo currículo como forma de poder discursivo.

Palavras-chave: Conhecimento. Currículo. Poder.

Recebido: 05/02/2016 - Aprovado: 14/06/2016 http://dx.doi.org/10.5335/rep.v23i2.6544

Doutora em Educação Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Educação Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: janecoliveira@yahoo.com.br

Introdução

Trazemos neste ensaio aspectos da influência de Michel Foucault nos estudos a respeito de conhecimento e currículo. Foucault (1986) aponta para a pedagogia dos "corpos dóceis", que diz respeito à submissão do corpo pelo poder do Estado, representado pelas instituições prisionais, psiquiátricas e escolares. No que diz respeito aos saberes, o autor aponta que o conhecimento é resultado de instrumentos discursivos de poder (FOUCAULT, 2008). Neste trabalho, revelamos que autores como Bernstein (1996) e Ball (1994), que estudam os discursos curriculares e os discursos contidos nas políticas educacionais, sofreram influência das teorias de Foucault, principalmente, quando se trata do discurso como ferramenta de disputas de poder no campo da educação.

O tema currículo é foco de estudos publicados por vários autores conhecidos no Brasil e exterior. O currículo, no campo da educação, é definido como a base dos conhecimentos ensinados nas instituições educativas. Apresentamos algumas concepções de conhecimento e currículo de alguns autores conhecidos e como eles apresentam esses conceitos. Lopes e Macedo apresentam o conhecimento como "um saber capaz de passar por testes de validação no contexto de uma disciplina acadêmica especializada" (2011, p. 41) e o currículo, segundo as concepções pós-estruturais, como "uma prática discursiva, uma prática de poder, e também uma prática de significação, de atribuição de sentidos" (2011, p. 71). Para Demo, o conhecimento é um "projeto aberto aproximando o conhecimento da sabedoria à medida que se trata de tomar os limites como desafios e os desafios como horizontes limitados" (2000, p. 58). Goodson compreende currículo como um "testemunho visível, público e sujeito a mudanças, uma lógica que se escolhe para [...] legitimar a escolarização" (1995, p. 21).

Temos, então, os conceitos a respeito de conhecimento e currículo na visão de Michel Foucault (1986, 2008, 2010). A base da argumentação apresentada por Foucault é a relação entre currículo e conhecimento como práticas discursivas de poder. Primeiramente, apresentamos os conceitos de conhecimento e currículo como instrumentos de poder envolvendo as instituições representativas da sociedade. A primeira questão envolve conhecimento e saber. Na concepção de Foucault (2005), o conhecimento revela-se pelos "enunciados", e esse conjunto de enunciados envolve os objetos dos discursos que formam o conhecimento.

Foucault (1986) enfatiza o controle das instituições educativas sobre os corpos e as posturas comportamentais de alunos e professores nos espaços escolares. Esses instrumentos de controle e poder são concretizados nos elementos formadores dos discursos. Ele apresenta a disciplina como uma "fábrica de corpos submissos [...], corpos dóceis" (FOUCAULT, 1986, p. 127), dissociando o poder do corpo. As instituições de ensino ficam no mesmo patamar de manicômios e prisões como instituições disciplinadoras dos corpos. O autor afirma que o corpo está sujeito a poderes muito apertados, com limitações, proibições e obrigações. Isso evidencia o poder externo do poder representado pelo comportamento disciplinar sobre o corpo.

Foucault (2008) define conhecimento como o resultado das relações de poder nos diversos segmentos da sociedade que contribuem para o seu constructo. Os conhecimentos e saberes presentes nos currículos escolares são produtos de discursos existentes e permitidos pelos segmentos sociais que os autorizam. Portanto, podemos considerar como os saberes são arbitrários e submetidos a transformações no decorrer do tempo histórico, sofrendo influência dos diversos segmentos da sociedade.

Na primeira parte do texto, apresentamos conhecimento e saber como discursos que têm o indicativo de serem considerados como "verdade", mas estão submissos ao tempo e aos contextos culturais das sociedades que os produzem. Foucault enfatiza que "[...] o discurso se manifesta na linguagem que transforma a sequência das percepções em quadro e em retorno, recorta o contínuo dos seres e caracteres. Onde há discurso, as representações se expõem e se justapõem, as coisas se reúnem e se articulam" (2007, p. 428). Na visão do autor, o discurso está imbricado de poder. E as representações linguísticas revelam o poder no campo do conhecimento exemplificado por ele na história do campo das ciências, em que ele trata das influências sofridas pelo discurso ao longo do tempo histórico (FOUCAULT, 2005).

Na segunda parte, apresentamos o currículo como o conjunto de conhecimentos escolares, assim como o conhecimento e o saber. O currículo é influenciado e construído pelos discursos dos segmentos da sociedade que consideram os conhecimentos que são incluídos no currículo e aqueles que são excluídos. O currículo, para Foucault (1986), torna-se não só um conjunto de conhecimentos, mas de comportamentos posturais, quando alunos, professores e gestores os assumem como permitidos ou não permitidos no interior dos espaços das instituições educativas. O exemplo dado por ele mostra que o espaço escolar homogeneíza os indivíduos por meio da ordem e da disciplina escolar. Em sua concepção, o currículo passa a ser a representação do poder institucional presente nos comportamentos demonstrados nos corpos dos estudantes. Portanto, o currículo, o conhecimento e o saber são considerados por Foucault (2008, 2010) como discursos que carregam microrrelações de poder existentes nos espaços das instituições educativas e que influenciam os comportamentos sociais individuais e coletivos de acordo com o que seja considerado adequado ou não. Foucault (2010) mostra que o poder está arraigado no discurso, seja ele econômico, científico ou educacional.

Na terceira parte do texto, apresentamos exemplos de outros dois autores que foram influenciados pelos escritos de Foucault. Primeiramente, apresentamos Bernstein e seus estudos a respeito das estruturas existentes nos discursos curriculares, revelando a influência das ideias de Foucault, quando afirma que o discurso pedagógico é dotado de regras de sequenciamento, princípios de poder e controle, que se revelam nos documentos curriculares que são enviados às escolas. Ele mostra que o discurso pedagógico é um instrumento de controle sobre as instituições educativas e é reproduzido no trabalho dos professores e nos comportamentos dos alunos.

Depois, apresentamos Ball, que evidencia que os estudos em políticas educacionais tiveram a influência das teorias de Foucault: "[...] recentemente eu tenho sido influenciado, capturado, engajado por um tipo de posição teórico-epistemológica muito diferente, que é a pós-estruturalista, incorporada principalmente no trabalho de Michael Foucault" (2015 apud AVELAR, 2016, p. 3). Ball (1994) afirma que os discursos das políticas educacionais são resultantes de lutas e conflitos no interior de segmentos presentes no Estado e que são responsáveis por definir os discursos contidos nos textos publicados em políticas educacionais.

Finalizando, Foucault (2010) mostra-nos em suas teorias a função social do currículo e do conhecimento como sendo "de valor" presente no interior dos estabelecimentos formais de educação. Segundo o autor, os discursos não se resumem aos textos escritos, mas às posturas que evidenciam as relações de micropoder existentes na educação formal e que influenciam o comportamento de todos os que habitam os espaços educativos. Para ele, governar significa ascensão sobre os comportamentos individuais e coletivos sob a forma de vigilância e controle. Por isso, percebemos que conhecimento e currículo, de acordo com o que Foucault nos apresenta, torna-se um instrumento eficaz utilizado pelo Estado para exercício de poder e controle sobre as práticas pedagógicas que se configuram nas escolas.

Conhecimento e saber

Como pode ser definido o conhecimento, segundo Foucault? O conhecimento está presente no contexto das sociedades humanas desde os primórdios da civilização. E seus primeiros registros datam do surgimento da escrita como registro cultural. As diferentes civilizações da Antiguidade já cuidavam de guardar e registrar o conhecimento adquirido e repassá-lo adiante. O conhecimento, sinônimo de saber, atua como ferramenta cultural e como um bem necessário ao crescimento da sociedade. Portanto, "conhecimento" é definido por Foucault como um "conjunto de elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva, indispensáveis à constituição de uma ciência que pode ser chamada de saber" (2005, p. 204). O saber, para Foucault (2005, 2008), é uma prática discursiva, um conjunto de enunciados que resultam em um determinado tipo de discurso, que representa um determinado período de tempo na história e parte de um determinado espaço. O saber passa a ser um discurso que serve como instrumento para que o sujeito que o enuncia tome posicionamento em relação ao objeto do qual ele apresenta o seu discurso. Como o autor afirma: "a transmissão e comunicação (do discurso) liga a distância através do tempo" (2005, p. 24).

Foucault (2008) demonstra que durante a trajetória histórica do conhecimento científico só era considerado "conhecimento" o que poderia ser mensurado, observado, classificado. O sujeito cognoscente volta seu olhar para a parte instrumental do conhecimento. Esse conhecimento técnico-instrumental impõe-se sobre outros tipos de conhecimento, que passam a ser considerados como informais ou conhecimentos não construídos por fontes não axiomáticas. Em resumo: o conhecimento é imbricado no discurso. E todo discurso é considerado uma forma de poder, no sentido em que "todo o discurso científico se faz verdadeiro" (FOUCAULT, 2010, p. 12). O discurso, portanto, torna-se o próprio saber, ou seja, o próprio conhecimento sistematizado por seu próprio discurso em si e não pelo seu objeto de conhecimento. Na visão de Foucault (2005), o saber está elencado no discurso em si e não nos conteúdos sistematizados das diversas áreas que envolvem conhecimento, como a matemática, a medicina ou a história. O conhecimento científico apresenta--se não como conteúdos escolares que se manifestam em seus objetos de pesquisa, mas como um discurso contido no saber específico que cada ciência apresenta. O discurso, como forma de comunicação e de relação humana, perpassa o tempo e o espaço, com regras específicas e códigos que lhe são próprios. O discurso sofre alterações no espaço entre as diferentes culturas e no tempo histórico, mas mantém sua "arqueologia", isto é, sua essência.

As práticas discursivas do saber carregam em si seus enunciados representados nos signos que compõem a língua. Os enunciados representam as próprias práticas discursivas. O enunciado (FOUCAULT, 2005) representa a estrutura linguística que contém significados culturalmente aceitos. Ele representa a formulação do pensamento de forma coerente, que, em última instância, é o meio de comunicação do saber, o discurso pelo qual o saber pode ser divulgado e transformar-se em forma comunicativa.

O conhecimento é representado pelo discurso de uma cultura, e não depende de haver uma escrita para sua transmissão, mas de signos para torná-lo significativo, isto é, para que haja comunicação. O conhecimento só é significativo quando é passível de ser transmitido entre os membros de uma sociedade através do tempo. O conhecimento só tem significado quando ele é valorizado na cultura que o criou e entre os membros pertencentes a uma determinada cultura, que são os responsáveis por sua transmissão, preservação e valorização.

Foucault afirma que é "a linguagem que nomeia, que recorta, que combina, que articula e desarticula as coisas, tornando-as visíveis na transparência das palavras" (2007, p. 428). Nesse sentido, a linguagem torna-se o próprio discurso e o discurso é a própria representação do conhecimento. É o conhecimento que dá prestígio ao discurso. Para que o discurso seja considerado conhecimento, existem alguns fatores que devem ser levados em consideração: a fundamentação da pesquisa ou investigação feita pelo sujeito que profere o discurso, a coerência no texto enunciativo contido no discurso, a apropriação de um vocabulário específico disciplinar que identifica o discurso como discurso científico e a aceitação do discurso como científico pelo grupo social ao qual ele se dirige (FOUCAULT, 2005, 2008).

Currículo

Como o currículo se encaixa nessa percepção de conhecimento apresentada por Foucault? O currículo, definido como conhecimento, é ensinado nas instituições educativas formais (escolas). O conhecimento escolar não é apresentado no mesmo formato do conhecimento científico. Ele é simplificado, tendo como objetivo adequar-se ao ensino e à aprendizagem, sendo repassado de acordo com as diferentes faixas etárias dos alunos. A linguagem, nesse caso, desempenha o papel fundamental de criar significados para o conhecimento transmitido pela escola aos educandos. O currículo como discurso faz parte de uma representação sistematizada, com um sistema de regras sobre o que é permitido e o que é proibido, o que é considerado conhecimento e o que não o é, o que é aprovado ou desaprovado na instituição escolar. Foucault (2008) revela como esses mecanismos de exclusão do discurso estão presentes e são influentes nos currículos escolares. O discurso possui seus mecanismos de poder e controle, sobretudo nos princípios de classificação, ordenação e distribuição.

O discurso, por ser chamado de discurso científico ou curricular, já está impregnado de poder, exercido por sua própria nomeação, "como princípio do agrupamento do discurso, foco de sua coerência, sua inserção no real" (FOUCAULT, 2008, p. 27-28), referindo-se à autoria do discurso. Nesse caso, a autoria nomeia o discurso, tornando-o carregado de significação ante a sociedade. Essa significação conhecida é o que poderia ser chamado de poder do discurso, consequentemente, o poder do currículo como discurso institucionalizado e com autoria. O currículo como discurso é carregado de rituais, regras, controle e coerção, que fazem parte da própria produção do discurso e que determinam o próprio funcionamento do discurso (FOUCAULT, 2008). O currículo como discurso é organizado em objetivos, conteúdos programáticos, estratégias pedagógicas, indicadores de avaliação, disciplinas, tempos e produções científicas e acadêmicas, que são fontes dos discursos predominantes no currículo. Os conteúdos programáticos são organizados de forma a serem divulgados para os educandos, obedecendo a uma ordem crescente de complexidade.

O currículo como discurso representa não só o próprio discurso como a prática discursiva do que é considerado como "currículo". Essa prática discursiva diferencia esse determinado discurso de outros discursos presentes na escola. O termo "discurso" anunciado por Foucault (2008, 2010) é considerado como prática institucional, ou seja, o discurso oriundo de determinada instituição que exerce influência e que se apresenta como "verdadeiro" para a sociedade. O discurso curricular, como tal, vem impregnado de preceitos, orientações, prescrições, deveres, obrigações, ordenamentos, indicadores comportamentais e está subordinado a um tempo histórico determinado para a sua aplicabilidade. Nesse caso, ele é um discurso que vem carregado de conceitos do que seja considerado como "verdade científica", tanto no que diz respeito ao seu processo de elaboração quanto no que concerne à sua aplicação prática nas instituições educacionais. O currículo vem imbricado de "verdades científicas", isto é, aquelas que são aceitas pela sociedade assumindo, assim, um papel político de valor, pois representa em seu discurso os grandes aparelhos políticos de poder. Esse poder está diretamente representado nos discursos científicos divulgados por intermédio dos aparelhos midiáticos.

Currículo e poder

Como o currículo pode ser instrumento de poder nas relações entre escola e educandos? Para Foucault (2010), "poder" significa as relações entre as diversas camadas da sociedade que sofrem a interferência do Estado por meio das normatizações inerentes a essas instituições: seu funcionamento, suas regras e fronteiras não só dos discursos, mas de sua operacionalidade. O funcionamento geral das engrenagens do poder, é, sem dúvida, essencial (FOUCAULT, 2010, p. 6), isto é, o funcionamento do poder em sua estratificação depende de engrenagens que façam com que esse poder se torne operacional. A operacionalidade do poder e do discurso é concretizada pelo Estado.

O currículo, em si mesmo, carrega em seu discurso mecanismos de poder e controle, incluindo e excluindo diversos conhecimentos científicos. Os próprios mecanismos de inclusão e exclusão são ferramentas inerentes ao discurso curricular predominantes nas instituições escolares. Conforme Foucault (2010), o poder é exercido em determinada direção por meio do controle, da vigilância, das proibições e das coerções, em que o poder é exercido nos diferentes níveis das instâncias sociais.

Foucault (2006) afirma que na sociedade existem milhares de relações de poder, forças e enfrentamentos em vários graus existentes nas macro e microrrelações sociais. Nas instituições escolares, o currículo em si mesmo é uma representação do poder do Estado, que, por meio de seus discursos, exerce dominação sobre segmentos da sociedade cujas culturas não são contempladas no currículo, impondo nesses discursos curriculares a dominação do conhecimento oficial sobre outros conhecimentos, diferenciando o que é aceito sobre o que é considerado marginal. Foucault (2010) afirma que a resistência é uma forma de enfrentamento do poder, ou seja, uma transgressão ao poder. O poder define o que é permitido e o que é proibido, o que é aceitável e o que é inaceitável, o poder demarca limites e cria fronteiras.

Quando nos referimos ao conhecimento escolar como construção curricular, essas fronteiras são estabelecidas tanto para demarcar uma finitude aos conteúdos curriculares quanto para definir o que é e o que não é conteúdo curricular. O poder demarcado no espaço escolar pode ser considerado como um tipo de "micropoder" que influencia e é influenciado por instâncias mais elevadas, como o poder do Estado sobre a instituição escolar. O professor, na sala de aula, leciona, utilizando em seu cotidiano o currículo escolar, quando avalia os educandos, quando os organiza no espaço da sala de aula, quando organiza os horários de estudos de seus alunos, todos esses comportamentos rotineiros envolvem relações de "micropoderes" entre todos que fazem parte da comunidade escolar. Foucault (2010) revela que não se trata somente da microfísica do poder sendo representada como as relações mais invisibilizadas do exercício de poder, porém, tanto as grandes relações de poder envolvendo os sistemas econômicos e estatais quanto as relações domésticas de poder demonstram que há uma hierarquia na qual o discurso está sempre presente. O discurso do poder no currículo é um reflexo do poder do Estado, quando esse apresenta seu discurso por meio da legislação educacional e dos documentos curriculares oficiais.

O poder institucionalizado, que rege todo o sistema educativo de uma nação, pode ser exemplificado pelo sistema educacional do Brasil, onde a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) funciona como um instrumento de unificação do discurso do Estado e do posicionamento por ele assumido nas relações de poder entre o Estado, a escola, os alunos e o conhecimento. Os discursos presentes na legislação educacional e curricular definem e determinam as fronteiras políticas existentes nos currículos escolares.

Outro aspecto relevante a se considerar a respeito do currículo é que ele não pode ser classificado meramente como uma lista de conteúdos programáticos divididos em anos de escolarização e em períodos ao longo de cada nível de escolarização, mas como um discurso difundido como "verdade" e como "conhecimento" pertencentes às instituições escolares e difundidos nos discursos dos professores, dos livros escolares, das políticas educacionais, visualizado na arquitetura escolar, presente nos comportamentos considerados socialmente aceitos na escola e reproduzidos por todos que a frequentam.

Considerando o currículo como discurso, de acordo com o pensamento de Foucault (1986, 2008), todo discurso tem uma verdade, considerada a "verdade científica", que se traduz nas publicações circulantes na sociedade. O controle é uma parte importante do currículo, assim como a sistematização do conhecimento difundido nas instituições escolares, a construção e a disposição dos prédios das instituições educativas, o horário escolar, o ano letivo, a disposição das mesas e cadeiras nas salas de aula, as normas disciplinares, quais as áreas do conhecimento e quais disciplinas são mais prestigiadas e quais as que são consideradas como menores, quais as áreas do conhecimento que entram na escola e quais as que ficam de fora. Foucault (1986) trata da disciplina do corpo como parte da disciplina escolar. Ele revela os tipos de censuras, as ocupações determinadas, o tempo esmiuçante ou esmiuçado nos tempos de aula destinados a cada disciplina do currículo e os tempos destinados a cada disciplina de acordo com seu prestígio no sistema escolar.

Foucault define disciplina como a formação de "corpos dóceis" (1986, p. 125), em que o domínio disciplinar, também presente nas organizações militares, predomina nas instituições educativas, cuja função é servir de controle minucioso do corpo como resultado de sujeição constante. As rotinas presentes na escola estabelecem o controle dos corpos dos estudantes diante de um espaço definido: a sala de aula. Nesse espaço, são estabelecidas regras disciplinares que aprofundam a sujeição do corpo com a finalidade do domínio externo sobre os corpos dos alunos. Até os uniformes escolares se postam como uma forma de sujeição e de uniformização dos corpos discentes, funcionando como uma forma de dominação constante pela manipulação calculada do corpo por gestos e comportamentos considerados aceitáveis dentro do espaço da instituição educativa.

Foucault afirma que a disciplina "dissocia o poder do corpo [...] fazendo dele uma sujeição estrita", em que "a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada". Essa relação de dominação-submissão foi denominada "anatomia política" (1986, p. 127). Portanto, o currículo é estabelecido como uma forma de poder que apresenta uma abrangência mais ampla do que se poderia imaginar.

Quando pensamos em "currículo", logo nos vem à mente os conteúdos, o planejamento docente, as disciplinas. Porém, na visão de Foucault (2010), é possível perceber que a relação entre currículo e poder é mais microscópica, pois penetra no cotidiano escolar de educandos e educadores, em uma relação estratificada e constante, no molde, na formação e formatação de verticalidades. É certo que o conhecimento, na arqueologia (FOUCAULT, 2005) escolar, trata dessa relação vertical: entre o mestre e o discípulo, entre aquele que detém o saber e aquele que deseja saber. O conceito de governamentalidade (FOUCAULT, 2010) é visível no currículo e passa por relações de poder existentes nas relações sociais, sendo:

[...] um conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais ou dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2010, p. 291-292).

O Estado exerce um poder abstrato, que é percebido nas bases domésticas de poder, e utiliza as leis como instrumentos de governamentalidade (FOUCAULT, 2006, p. 291), agindo sobre os governados, tendo sua própria racionalidade, tendo a economia como um importante instrumento de poder. O currículo transforma-se na "voz" do Estado, quando traduz as funções assumidas pela escola como inerentes ao processo educativo. Os discursos presentes no currículo modificam e reorganizam as regras do processo educacional, definindo os papéis desempenhados pelos que habitam a instituição escolar e determinam a ordenação dos conteúdos a serem ensinados na escola, como forma de governamentalidade, obedecendo às novas regras da política internacional.

Foucault (2006) já apontava para as regras de poder e de governo ao fazer a relação entre os ritos organizados existentes em instituições de controle como prisões, clínicas e escolas, com o poder econômico, relatando todas as iniciativas de normatização e de regras em que o poder está presente. O poder discursivo do currículo é o seu próprio "texto". O texto curricular contém procedimentos, comportamentos, prescrições e posturas adotadas no interior do espaço escolar, em que aqueles que frequentam a escola assumem os comportamentos e os discursos inerentes ao espaço que ocupam. O texto curricular é o que estrutura as ações da instituição escolar como um todo, formalizando e uniformizando as ações daqueles que nela habitam. O discurso vem com características de cientificidade e normatização, criando posturas, ritos, procedimentos e comportamentos semelhantes em todas as instituições educativas. Nesse caso, o currículo como discurso é muito mais do que uma listagem de conteúdos disciplinares divididos por anos de escolaridade, é a própria razão de ser da escola.

A influência de Foucault nos estudos educacionais em Bernstein e Ball

Apresentamos dois autores contemporâneos que efetivamente fazem estudos sobre currículo escolar, os quais consideramos significativos para exemplificar a influência das obras publicadas por Michel Foucault sobre os trabalhos de Basil Bernstein. Tais textos tratam dos discursos pedagógicos como instrumentos de poder e de controle e, também, das teorias a respeito do ciclo de políticas e do currículo como texto nos estudos de Stephen J. Ball.

Basil Bernstein e os discursos pedagógicos

Bernstein (1996), em sua obra A estruturação do discurso pedagógico, trata do discurso como instrumento de controle simbólico. Ele refere-se à importância do discurso como instrumento de enquadramento que estabelece as relações de poder no espaço da escola e fala da produção, reprodução e relocação do discurso. Bernstein afirma que o discurso pedagógico sofre influência do contexto social, revelando que não é neutro, mas que apresenta um contexto de influência externa, em que a hierarquia existente no discurso pedagógico está presente nas instituições escolares. "Entre a linguagem e a fala está a estrutura social" (1996, p. 134).

Bernstein revela que o poder e o controle são transformados em regras de comunicação e interpretação legítimas, influenciando nas relações sociais. Ele mostra que, nessas relações, o discurso é o resultado de disputas de poder. Os discursos são permeados de resistência e oposição durante o seu processo de legitimação. Bernstein demonstra que "a educação é a agência estatal oficial para a localização e distribuição geral dos códigos" (1996, p. 156) intrínsecos no discurso.

Podemos comparar as teorias de Bernstein com as ideias de Foucault (2008) quando tratam do discurso contendo procedimentos de classificação, ordenação e distribuição na sua influência como instrumento de controle. Bernstein (1996) afirma que todo discurso contém regras, rituais, doutrinas. Para o autor, todo sistema de ensino é definido como a ritualização da palavra, a qualificação de papéis daqueles que pronunciam o discurso. Ele afirma que o discurso, como princípio de inversão, representa a rarefação do discurso; a descontinuidade é definida como práticas descontínuas que se cruzam, se ignoram ou se excluem; a especificidade revela que discurso é um jogo de significações prévias, de regularidade e exterioridade em que o discurso possui regularidade e fronteiras.

Há uma aproximação entre as ideias de Bernstein e Foucault no que se refere ao discurso. Ambos revelam que o discurso vem imbricado de relações de poder e que o discurso educacional é a representação do poder dominante, oficial, representado pelo Estado. Bernstein (1996) afirma que o discurso pedagógico apresenta--se de forma estruturada, detalhando sua análise e estabelecendo uma estrutura na origem e na finalidade dos elementos contidos no discurso. Foucault (2008) traz uma explanação sobre a influência do poder na apresentação do discurso e afirma que todos os segmentos da sociedade apresentam discursos próprios, inclusive o discurso educacional. Bernstein (1996) concorda com Foucault (2010) quando ambos tratam da instância governamental como produtora do discurso oficial e sobre como ela exerce influência no discurso educacional. Bernstein afirma que "as relações e poder posicionam os sujeitos através de princípios de classificação que elas estabelecem" (1996, p. 43), aproximando-se das afirmações de Foucault (2010) quando trata da sujeição social promovida pelo Estado.

Na visão de Bernstein (1996), o discurso pedagógico é carregado de relações hierárquicas de poder que se classificam de acordo com a divisão social do trabalho. Os discursos pedagógicos, segundo o autor, revelam-se na distribuição de poder e controle que se concretizam na relação entre significados, realizações e contextos.

Stephen J. Ball e a análise das políticas educacionais

Percebemos a influência das ideias de Foucault na teoria de ciclo de políticas proposta por Stephen J. Ball (1994) quando esse afirma que a "política proposta" refere-se aos textos legislativos, a "política de fato" diz respeito à implementação das políticas nas instituições educativas. A relação entre as teorias de Ball e Foucault trata da influência do discurso como ferramenta distributiva das políticas educacionais. Para Ball (1994), os discursos das políticas são considerados pelo autor como as próprias políticas. Ele conclui que as "políticas de fato" são o resultado de disputas entre as diversas camadas da sociedade, e afirma que as relações de poder passam pelas disputas de poder. Ball revela, ainda, que: "Os discursos estão carregados de poder e conhecimento e que são fundidas na prática" (1994, p. 4).

Ball (1994) considera que os autores dos textos das políticas perdem o domínio sobre eles quando os leitores reinterpretam e recontextualizam as políticas. Para o autor, os textos das políticas sofrem influência do micropoder, representados pelo processo de reformulação das políticas nas esferas legais antes de se tornarem os textos representantes da política oficial. Maguire e Ball (2011) consideram como textos de políticas os textos curriculares. Os textos curriculares refletem os discursos que reestruturam os comportamentos dos que convivem no espaço escolar.

Ball afirma que suas ferramentas de análise teórico-epistemológicas são influenciadas pelos textos de Foucault. Ele relata que se muniu das "noções de Foucault sobre poder e o investimento de poder como princípio organizacional fundamental nas relacões sociais" (2015 apud AVELAR, 2016, p. 4). O discurso é considerado por Ball (1994) como a ferramenta por meio da qual as políticas são concretizadas. Nesse aspecto, o autor opta por considerar as teorias de Foucault como base para a construção de suas ferramentas teórico-metodológicas de análise das políticas educacionais. Ball (2015 apud AVELAR, 2016) também revela que as ferramentas tecnológicas das políticas são ferramentas de relações do discurso. Nesse caso, os discursos das políticas não são descolados de seu contexto social.

Maguire e Ball (2011) afirmam que os discursos das políticas influenciam no trabalho dos professores e gestores que trabalham na escola. A influência das políticas atua diretamente no comportamento desses profissionais. O Estado representa as instituições social e política de poder, que são redistribuídas elevando algumas vozes da sociedade e silenciando outras. Os autores revelam que Foucault influenciou a construção de seus conceitos a respeito da análise dos discursos das políticas no que se refere ao poder do Estado sobre a construção dos documentos curriculares oficiais.

Considerações finais

A questão do conhecimento como discurso é definida como ciência, saber intelectualizado, e possui uma linguagem própria que se transforma quando esse conhecimento científico ou acadêmico é moldado no conhecimento curricular. A escolarização do currículo traz uma adequação para uma linguagem própria, carregada de enunciados que são apresentados em formato "escolarizado" para integrarem o conjunto de discursos específicos que estão presentes nas instituições escolares.

O currículo, considerado como o discurso do conhecimento, disposto de forma organizada, é apresentado de forma específica por aqueles que operam com ele e que o utilizam no ato de educar. Considerado como uma forma específica de discurso, o currículo torna-se um instrumento de poder que é exercido nas relações sociais dos que habitam no interior dos espaços educativos. O currículo, pela sua forma de apresentação linguística, apresenta enunciados específicos com signos que não fazem parte do senso comum, mas só são compreendidos por aqueles que os utilizam em seu espaço de trabalho educacional. O currículo não só representa o poder como também contém discursos de poder, sendo legitimado pelo conhecimento contido nas especificidades das linguagens escolares.

O currículo pode ser considerado o discurso que define os comportamentos escolares, contendo os conhecimentos permitidos e difundidos nos discursos das camadas sociais predominantes e que estabelecem as relações de poder existentes entre os diferentes discursos que circulam na sociedade e que se refletem na escola. O poder do Estado, como forma de poder hegemônico aceito pela sociedade, estabelece os padrões que são considerados aceitos e que são correntes nas instituições escolares. O currículo apresentado neste artigo não é só o currículo escrito na legislação ou nos planos dos docentes ou de administradores escolares, este trabalho considera o currículo como o instrumento que edifica toda a estrutura da instituição educacional que denominamos "escola".

Foucault (1986, 2006, 2010) demonstra que as relações de "micropoder" existentes nas relações hierárquicas, tanto domésticas quanto institucionais, exercem profundas influências no comportamento da sociedade, indo além das observações mais superficiais, analisando o poder das instituições sobre o corpo dos indivíduos, conforme demonstrado em seus estudos em instituições psiquiátricas e prisionais.

Percebemos a influência dos estudos de Foucault em Bernstein (1996) no que diz respeito ao discurso pedagógico, o micropoder contido no discurso e suas regras de sequenciamento. Ambos concordam que o discurso vem imbricado de poder e é resultado de disputas entre as diversas camadas influentes da sociedade. O currículo representa o discurso legítimo de caráter oficial.

Ball (1994) considera que as políticas educacionais são os próprios textos das políticas e, portanto, sofrem influências resultantes de disputas de poder entre as diversas camadas influentes da sociedade, pois, ao serem interpretadas pelos leitores, sofrem influências, transformações, sendo interpretadas, reinterpretadas e recontextualizadas no contexto da prática, que o autor considera o espaço da escola. Os textos curriculares são considerados como os textos representativos das políticas e como os discursos que determinam o comportamento dos que convivem no espaço da escola. Foucault (2008) afirma que os discursos transformam-se ao longo do tempo e do contexto em que são aplicados e estão em perpétuo deslocamento.

O poder contido no discurso é revelado em todos os comportamentos e posturas do que é considerado ou não como conhecimento escolar. O currículo, na visão de Foucault (1986), infuencia a organização da escola e o comportamento dos que nela habitam. É possível afirmar que as teorias de Michel Foucault nos dão suporte teórico para o estudo de temas específicos da área de educação referente a questões que envolvem as práticas discursivas de poder existentes no conhecimento e no currículo.

Knowledge, curriculum and power: a dialogue with Michel Foucault

Abstract

This paper aims to demonstrate how the curriculum manifests itself as a discourse instrument of the power reflected on the behaviors adopted in educational institutions. The curriculum reflects the school knowledge and becomes the official discourse adopted in educational institutions. Based on Foucault's theories (1986, 2005, 2006, 2007, 2008, 2010) it is possible to recognize curriculum and knowledge as instruments of power present in educational institutions. So, we present the following questions: How is knowledge considered an instrument of power according to Foucault? How is the curriculum, defined by Foucault, revealed? How is the curriculum considered an instrument of power? We realized that the power is implied in the discourses and the behaviors of those who are in school. Bernstein and Ball reveal the influence of Foucault's theories on their works. Bernstein (1996) asserts that the pedagogical discourse is formed by communicational rules. And Ball (1994) considers the political discourses as being the policies. The conclusion presents a net of complex relations of power both in domestic relations and in large institutions and by the State. And as the educational institution, the school is inserted in this net, represented by the curriculum as a means of discursive power.

Keywords: Curriculum. Knowledge. Power.

Referências

AVELAR, M. Entrevista com Stephen J. Ball: uma análise de sua contribuição para a pesquisa em política educacional. Education Policy Analysis Archives Journal, Tempe, Arizona, USA, v. 24, n. 24, p. 1-18, Feb. 2016.

BALL, S. J. Education reform: a critical and post-structural approach. Philadelphia, UK: Open University Press, 1994.

BERNSTEIN, B. A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/LEIS/19394. htm>. Acesso em: 10 abr. 2009.

DEMO, P. Conhecer & aprender: sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. ___. A arqueologia do saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. . Poder e saber. In: MOTTA, M. B. (Org.). Ditos e escritos IV. Michel Foucault: estratégias do poder-saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 223-240.

As palavras e as coisas. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
A ordem do discurso. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2008.
Microfísica do poder. São Paulo: Graal, 2010.
GOODSON, I. Currículo: teoria e história. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

Conhecimento, currículo e noder: um diálogo, com Michel Foucault

LOPES, A. C.; MACEDO, E. Teorias de currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

MAGUIRE, M.; BALL, S. J. Discursos da reforma educacional no Reino Unido e nos Estados Unidos e o trabalho dos professores. In: BALL, S. J.; MAINDARDES, J. (Org.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. p. 175-192.